

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS CURSOS DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
FILIADAS A ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS ENTIDADES
EDUCACIONAIS - ACAFE**

VITOR PAULO RIGO

FURB

vprigo@gmail.com

RITA BUZZI RAUSCH

Universidade Regional de Blumenau

rausch@furb.br

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR FILIADAS A ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS ENTIDADES EDUCACIONAIS - ACAFE

Resumo

A necessidade de realização do Estágio Supervisionado para o curso de Ciências Contábeis é estabelecida na resolução CNE/CSE nº 10 de 16 de Dezembro de 2004. O dispositivo legal determina que cada Universidade construa o modelo de operacionalização do estágio através dos seus colegiados de curso. Este artigo apresenta como são operacionalizados os Estágios Supervisionados nos cursos de Ciências Contábeis de instituições de ensino filiadas a Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE. Para isso, foi realizada pesquisa documental a partir de análise dos regulamentos dos estágios e matrizes curriculares. Os resultados demonstram diferenças significativas nos modelos de operacionalização como: quantidade de semestres para a sua realização; carga horária estabelecida na matriz curricular; local de realização do estágio e métodos de avaliação.

Palavras-Chave: Ensino de Graduação. Estágio Supervisionado. Formação do Contador.

1 INTRODUÇÃO

As Universidades nos seus papéis de formadoras precisam desenvolver métodos de ensino que contemplem a formação integral do indivíduo. Devem proporcionar conhecimentos técnicos específicos ligados a sua área de atuação e às demandas da sociedade, bem como estabelecer um ambiente que instigue a discussão do papel dos seres humanos como sujeitos ativos na construção da sociedade. Marion (1996, p. 11) reforça essa ideia ao afirmar que “A Universidade (ou qualquer instituição de ensino superior) é o local adequado para a construção de conhecimento, para a formação da competência humana”.

A Universidade é um espaço aonde o exercício da crítica deve ser a finalidade maior, com o objetivo de produzir conhecimento por meio da pesquisa, do ensino e da extensão (PIMENTA e ANASTASIOU, 2002). Neste sentido, o papel da formação dos profissionais contábeis deve estar direcionado em métodos que desafiem os alunos a construir o conhecimento, instiguem-nos a buscarmos soluções de problemas através da criatividade e capacidade inovadora.

É reconhecida a capacidade da Universidade em responder às demandas a partir de novos métodos, no entanto, é preciso admitir o desafio que isso representa, pois, o ensino superior enfrenta desafios cada vez maiores, nos quais é chamado a responder às exigências de uma época em que as possibilidades novas que se abrem seguem lado a lado com a emergência de novos desafios e profundas transformações. O ensino deve avançar para que possa responder aos desafios evolutivos do mundo do trabalho (KRAEMER, 2006).

Diante das diferentes atividades que constitui o currículo de formação do profissional em âmbito de graduação, destacamos o estágio supervisionado como um processo de fundamental importância por estabelecer relação entre teoria e prática profissional. Apresentar aos estudantes um cenário similar ao que encontrará no mercado, desafiando-o a buscar soluções aos desafios que enfrentará no seu cotidiano, pode ser fundamental na construção de conhecimentos base para o exercício profissional, possibilitando experiência que só seria possível na atuação efetiva das atividades profissionais.

Frey e Frey (2002) corroboram com este pensamento ao afirmarem que o Estágio Curricular Supervisionado apresenta-se como uma alternativa importante na formação do profissional contábil, pois, põe o acadêmico frente a frente com as dificuldades das atividades experimentadas na vida real. O Estágio Supervisionado trata de um período de estudos práticos para a aprendizagem e experiência, envolvendo supervisão, revisão e correção, podendo trazer resultados muito importantes no processo de aproximar o acadêmico do cotidiano diário da profissão (ALVARENGA; BIANCHI; BIANCHI, 1998).

No entanto, Pimenta e Lima (2011) apontam a necessidade de compreender o estágio como campo de conhecimento, e como tal, não deve ser minimizado à condição de atividade prática. Evidentemente o papel exercido pelo professor responsável pela condução do estágio é fundamental para o propósito de construir conhecimento, pois, admite-se que para os alunos atingirem os objetivos estabelecidos poderá depender de como o mestre conduzirá as ações no processo.

O professor necessita ter a capacidade de identificar que o potencial de aprendizado de cada indivíduo é diferente. Conhecendo bem os seus alunos, o professor poderá determinar qual o método ou o conjunto de métodos que poderão ser aplicados nos processos de ensinar e de aprender. Por outro lado, seja qual for a metodologia, o docente deverá propiciar que “a chama da motivação” do aluno permaneça acesa (MARION; GARCIA e CORDEIRO, 2006).

Outro ponto passível de análise se refere à formação dos professores dos cursos de Ciências Contábeis. A maioria deles “torna-se” professor em virtude de uma atuação profissional destacada, mas normalmente não possui formação na área pedagógica. (PIMENTA e ANASTASIOU, 2002). Mesmo em se tratando da disciplina de estágio, onde o foco principal é a aproximação com a prática contábil, essa circunstância pode prejudicar a condução dos trabalhos, sendo importante destacar que se trata de um ambiente acadêmico e a condução do processo deve ser diferente do que ocorre nas empresas em termos de ensino.

Com o objetivo de estabelecer diretrizes para o ensino superior contábil, a Resolução nº 10/2004 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Câmara de Ensino Superior (CES), destaca a necessidade da presença do componente de Estágio Supervisionado na matriz curricular do curso de Ciências Contábeis. De acordo com o Art. 7º desta resolução, cabe aos colegiados superiores acadêmicos a tarefa de desenvolvimento das modalidades de operacionalização dos Estágios Supervisionados.

Por isso este estudo, busca identificar as diferentes formas de realização do Estágio Supervisionado nos cursos de Ciências Contábeis das instituições de ensino superior filiadas ao sistema ACADE - SC.

Para responder ao objetivo, será apresentada a legislação que regulamenta o Estágio Supervisionado no Brasil; após verifica-se como o Estágio Supervisionado é abordado nas matrizes curriculares dos cursos pesquisados; e, analisa nos regulamentos das IES as formas de operacionalização do Estágio Supervisionado do curso de Ciências Contábeis.

Este artigo é composto por quatro partes, além desta introdução. A seguir são feitas considerações teóricas sobre o Estágio Supervisionado. Posteriormente é apresentada a metodologia da pesquisa. Os resultados da pesquisa são analisados e finaliza-se com as considerações finais.

2 O ENSINO DE CONTABILIDADE NO BRASIL

Não há unanimidade em relação ao início da Contabilidade no Brasil, no entanto, admite-se que os primórdios da atividade contábil estão ligados à chegada da família real portuguesa. Entende-se que a criação do Erário Régio em 1808 disparou a fundação de três contadorias gerais, o que muitos defendem como o sistema contábil da coroa portuguesa (RIBEIRO FILHO, LOPES e PEDERNEIRAS, 2009).

A obrigatoriedade da escrituração contábil e do balanço geral foi instituída pelo código civil de 1850, o que é considerado um dos principais eventos propulsores da atividade contábil. Deste modo, se percebeu a necessidade de promover o ensino de Contabilidade no Brasil. Em resposta a esta necessidade, o Decreto nº 20.158 de 1931, regulamentou a profissão do Contador e o ensino comercial. Entretanto, até o ano de 1945, o ensino de Contabilidade não era reconhecido como ensino superior, condição alcançada com a edição do decreto nº 9.295/45. No início o curso era intitulado curso superior em Contabilidade e Atuariais. O curso de Ciências Contábeis conhecido nos dias atuais foi criado em 1951 (PASSOS, 2004).

Ainda em estado embrionário, o curso de Ciências Contábeis era pouco procurado pelos estudantes. Apenas com a abertura do mercado de capitais e a necessidade do profissional contábil para determinar um parecer aos relatórios financeiros, é que o interesse pelo curso aumentou (PASSOS, 2004).

Atualmente, as diretrizes curriculares do curso de Ciências Contábeis no Brasil são regulamentadas pela Resolução CNE/CES nº 10 de 16 de Dezembro de 2004. Este dispositivo legal no seu artigo 2º determina que as IES devem organizar um Plano Pedagógico que aborde os seguintes aspectos:

- I - perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades;
- II – componentes curriculares integrantes;
- III - sistemas de avaliação do estudante e do curso;
- IV - estágio curricular supervisionado;
- V - atividades complementares;
- VI – monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade – como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição;
- VII - regime acadêmico de oferta;
- VIII - outros aspectos que tornem consistente o referido Projeto. (BRASIL, 2004)

Ao analisar os aspectos norteadores do desenvolvimento do Plano Pedagógico, percebe-se a preocupação com a formação voltada para um perfil previamente determinado e direcionador das atividades curriculares desenvolvidas pela instituição de ensino. Merece destaque também a presença do Estágio Supervisionado como um ramo obrigatório previsto pelas diretrizes curriculares do curso de Ciências Contábeis, uma atividade fundamental no processo de formação do profissional contábil.

Os preceitos fundamentais da legislação atual permitem que a instituição de ensino conduza de maneira flexível o modelo de ensino, possibilitando a construção de planos que respeitem os ambientes sociais e econômicos bem como as mudanças sofridas na sociedade a qual pertence, isso pode ser comprovado no parágrafo 1º do art. 2º da referida resolução, que apresenta os elementos estruturais ao qual o Projeto Pedagógico deve estar construído, que são:

- I - objetivos gerais, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- III - cargas horárias das atividades didáticas e para integralização do curso;
- IV - formas de realização da interdisciplinaridade;
- V - modos de integração entre teoria e prática;
- VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;
- VIII - incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
- IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X - concepção e composição das atividades complementares;
- XI - inclusão opcional de trabalho de conclusão de curso (TCC). (BRASIL, 2004)

Os elementos estruturais apresentados buscam estabelecer os requisitos básicos aos quais as instituições e professores devem estar preocupados na construção do Plano Pedagógico, no entanto, a legislação não almeja estabelecer as minúcias do planejamento. Cada instituição de ensino, junto aos seus colegiados ou grupos pedagógicos estabelece as políticas, métodos e objetivos que promovam o ensino e aprendizagem de acordo com as condições políticas e sociais das suas realidades.

A autonomia na elaboração do Plano Pedagógico apesar de necessária pode gerar diferentes concepções e metodologias no ensino de Ciências Contábeis no Brasil. As competências e habilidades dos líderes responsáveis pelo planejamento, o histórico de pesquisas e a estrutura disponíveis pelas instituições de ensino são variáveis que influenciam no resultado final do aprendizado.

Por isso, para conduzir o debate relativo aos aspectos de ensino, discutir o papel das Universidades e dos professores neste processo é fundamental, sendo esses sujeitos ativos na operacionalização do Projeto Pedagógico e responsáveis diretos pelo seu sucesso ou fracasso.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB define as Universidades como instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e coletivo do saber humano [...]. A definição da LDB traz a discussão sobre amplitude de atuação da

Universidade ao destacar a presença do ensino, pesquisa e extensão como um conjunto propulsor de conhecimento. Nesta perspectiva, não se trata de apenas repassar conhecimento previamente definido nos ementários, mas promover uma construção de conhecimento baseado no estímulo da capacidade crítica, criativa e autônoma dos estudantes.

As Universidades necessitam proporcionar o acesso ao conhecimento de conceitos e teorias, necessitam ainda contribuir com o desenvolvimento das capacidades e habilidades dos alunos, bem como permitir a formação de atitudes e valores, possibilitando a realização dos seus anseios pessoais e profissionais (LIBÂNEO, 1989).

No que diz respeito à formação do profissional contábil, alinhada às preocupações expostas anteriormente, o Art. 3º da resolução CNE/CES nº 10/2004 preconiza as seguintes capacidades do futuro profissional contabilista:

I - compreender as questões científicas, técnicas, sociais, econômicas e financeiras, em âmbito nacional e internacional e nos diferentes modelos de organização;

II - apresentar pleno domínio das responsabilidades funcionais envolvendo apurações, auditorias, perícias, arbitragens, noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, com a plena utilização de inovações tecnológicas;

III - revelar capacidade crítico-analítica de avaliação, quanto às implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação. (BRASIL, 2004)

Nos itens acima relacionados às capacidades do profissional contábil, é clara a preocupação com a amplitude da formação do futuro Contabilista para além de um profissional que compreenda as questões técnicas da Ciência Contábil. O texto preconiza a formação de pesquisadores capazes de compreender o ambiente social e econômico nos quais estão inseridos.

Para destacar o lugar ao qual a Universidade ocupa no desenvolvimento da Ciência Contábil, Marion (1996, p. 11) afirma que “podemos dizer que estas instituições deveriam ser verdadeiras usinas geradoras de desenvolvimento contábil, de construção de conhecimento, de competência contábil e, por que não dizer, da excelência contábil”.

Os argumentos que denotam a relevância das Universidades são consistentes, no entanto, é preciso questionar: Quais agentes são capazes de conduzir essas instituições para o patamar vislumbrado? Os professores ocupam lugar de destaque entre esses agentes, por isso, compreender o contexto de formação e atuação é um tópico importante no entendimento do ensino contábil nas Universidades.

Muitos professores dos cursos de Ciências Contábeis normalmente iniciam sua jornada na docência através de um convite feito, não raro, pelo seu desempenho de sucesso no mundo empresarial. A questão a ser discutida é a capacidade pedagógica deste professor, mesmo considerando sua eventual capacidade técnica, ao ser inserido em um universo desconhecido, a sala de aula. Esses professores, normalmente recebem ementários previamente construídos, planejam suas aulas individualmente, baseadas em suas experiências profissionais, e sem a preocupação multidisciplinar (PIMENTA e ANASTASIOU, 2002).

Laffin (2005) apresenta, a partir de uma pesquisa realizada com docentes de Contabilidade, quais as circunstâncias que fazem do profissional contábil um professor. No estudo é possível constatar que na maioria dos casos, os contadores tornam-se professor por motivos diversos, dentre os que se destacam consta a rede de relacionamentos construída no exercício profissional ou convites recebidos durante programas de Pós-Graduação (especialização ou mestrado). Outros declaram ter iniciado a docência por acaso, através de aulas temporárias. A pesquisa mostrou ainda o fato de não haver registros de atividades ligadas ao processo de formação pedagógica dos professores na graduação que cursaram, assim como, não houve registros de desenvolvimento no âmbito de iniciação científica. Essa situação exposta pelo estudo é preocupante ao confrontarmos esse cenário com a necessidade de pesquisa a qual os professores precisam estar inseridos. Pimenta e Anastasiou (2002) destacam essa necessidade ao desafiar o professor a “pesquisar o ensinar”, ou seja, no exercício da docência não se pode dissociar ensino da pesquisa.

O estudo de Laffin (2005) revelou ainda que, para algumas pessoas, a inserção na atividade docente confere ao sujeito um status social que não encontra no exercício da atividade de contador, por isso, os resultados mostram a predominância do professor de contabilidade que vê na docência uma espécie de “segunda atividade”. Destaca-se ainda, que os professores pesquisados por Laffin, mesmo aqueles com dedicação exclusiva, afirmam que é possível conciliar as atividades profissionais com a docência, e apontam vantagens como à atualização dos conhecimentos, status social e o fator econômico para sustentarem a posição.

Não se pretende negar a contribuição da experiência profissional dos professores em qualquer área, ao contrário, dada à abordagem técnica do curso, essa aproximação é fundamental, porém, deve-se evitar que a docência transforme-se em uma extensão plena das atividades empresariais, onde predomina a repetição do conhecimento estabelecido, situação essa que pode ocorrer quando o professor não possui a formação pedagógica e experiência na pesquisa científica.

Pimenta e Anastasiou (2002, p. 67) destacam: “A didática possibilita que os professores das áreas específicas “pedagogizem” as ciências, as artes, a filosofia”. Buscar o equilíbrio e levar para a sala de aula a experiência profissional aliada à pesquisa e o saber didático devem constituir objetivos de todos os professores.

3 O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Historicamente, o estágio sempre foi associado como a parte prática dos cursos de formação profissional, em contraponto à teoria (PIMENTA e LIMA, 2011). Atribui-se ao estágio o momento em que os estudantes aprenderão como se faz na prática, “livres” das amarras dos conceitos e discussões acadêmicas.

No Brasil, a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispõe sobre o estágio de estudantes. O art. 1º do referido dispositivo legal define estágio como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008).

Pimenta e Gonçalves (1990 apud PIMENTA e LIMA, 2011, p. 45) afirmam “que a finalidade do estágio é propiciar ao aluno uma *aproximação à realidade* na qual atuará”. As autoras enfatizam, ainda, que esse processo deverá ocorrer através da reflexão a partir da realidade. A proposta das autoras procura desconstruir o conceito de estágio ser simplesmente a “parte prática” de um determinado curso. A concepção que defendem é a de que o estágio proporcione experiências sociais além das técnicas e procedimentais. Essa preocupação pode ser percebida também no parágrafo 2º da lei 11.788/08, onde o texto determina que o estágio objetive o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho (BRASIL, 2008).

O estágio quando conduzido de maneira planejada, pode trazer muitos benefícios para a aprendizagem dos alunos, especialmente em relação à sua formação, e também benefícios à sociedade, especialmente ao universo do qual o futuro profissional fará parte depois de formado (ALVARENGA; BIANCHI; BIANCHI, 1998).

Diante dessas considerações, as instituições de ensino devem respeitar um conjunto de obrigações preconizadas no art. 7º da lei dos estágios que seguem:

- I – celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
- II – avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
- III – indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do estagiário;
- IV – exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;
- V – zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- VI – elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos;
- VII – comunicar à parte concedente do estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas. (BRASIL, 2004)

Dentre as obrigações das quais as instituições de ensino precisam obedecer, destaca-se a necessidade da presença de um professor orientador, cabendo a esse profissional a responsabilidade de estabelecer o desenvolvimento do estágio alinhado a questões teóricas e de reflexão, construindo um ambiente em que o estudante consiga além de desempenhar procedimentos técnicos, reflita sobre o universo do qual será inserido de modo definitivo ao concluir seus estudos.

Ressalta-se ainda que o professor orientador ou supervisor deva conhecer o currículo do curso, a ementa e o plano de ensino da disciplina, para melhor contextualização e aproveitamento do ambiente do estágio por parte dos alunos. Também, o conhecimento prático é prerrogativa, para propiciar a complementação do ensino e assim integrarem a teoria e a prática.

4 A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA A FORMAÇÃO DO BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Admitida a possibilidade de o Estágio Curricular Supervisionado promover um ambiente de estudos em que a teoria e a prática se complementam, a sua implantação torna-se importante para a formação dos profissionais em Ciências Contábeis.

A Contabilidade é uma ciência social e utiliza métodos qualitativos no que diz respeito à interpretação do patrimônio e fornecimento de informações aos usuários interessados, no entanto, sua viabilidade é concretizada por meio do método quantitativo das partidas dobradas, reconhecidamente uma técnica. Muitos estudantes e mesmo alguns profissionais formados em Ciências Contábeis reduzem o debate à discussão dos aspectos técnicos. Isso pode levar a minimização de uma ciência social e complexa, a um conjunto de procedimentos mecanizados e executados pela memorização.

Esse contexto levado à tendência prática do estágio pode gerar um ambiente pragmático e voltado excessivamente ao procedimento de registro dos eventos patrimoniais, algo que *softwares* operacionais o fazem sem dificuldade. Nesta situação, a promoção da análise e do desenvolvimento crítico do estudante poderá ser prejudicada. Para evitar essa ocorrência, a capacidade das instituições na organização do estágio supervisionado, e as competências e habilidades do professor coordenador das atividades, são colocadas à prova.

O Estágio Supervisionado além de oferecer a vivência prática aos estudantes necessita estimulá-los, capacitá-los e instigá-los à reflexão, sistematização e confrontação com a teoria e aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso (FREY e FREY, 2002). O art. 2º, inciso IV da Resolução CNE/CES de 16 de Dezembro de 2004, determina que as IES devam organizar atividades curriculares de Estágio Supervisionado através do projeto político pedagógico para o curso de Ciências Contábeis. As diretrizes curriculares do curso de Ciências Contábeis subdividem a construção do currículo nos seguintes campos de formação: conteúdos de formação básica, conteúdos de formação profissional e conteúdos de formação teórico-prática.

Os conteúdos de formação básica buscam promover estudos relacionados a outras áreas do conhecimento, especialmente, administração, economia, direito, métodos quantitativos, matemática e estatística. No que tange aos conteúdos de formação profissional tratam-se de estudos específicos atinentes à teoria contábil, incluindo as noções das atividades atuariais e quantificações de informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado.

É nos conteúdos de formação teórico-prática que o Estágio Supervisionado é elencando, além deste, atividades complementares, estudos independentes, conteúdos optativos e práticas em laboratórios de informática utilizando *software* contábil, são as abordagens que devem ser realizadas para congregar a ligação entre a teoria e prática, de acordo com as diretrizes curriculares do curso de Ciências Contábeis.

Ainda em relação ao debate a que se pretende atingir com os Estágios Supervisionados na formação do profissional contábil, o art. 7º da resolução n. 10 CNE/CSE determina que estes devam ser direcionados para a consolidação do desempenho profissional desejado, relativos ao perfil do formando, onde cada

instituição, por seus colegiados superiores acadêmicos definir e aprovar o regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização. Essa independência da qual a legislação legitima as IES em relação à definição do regulamento e procedimentos de aplicabilidade do estágio, podem criar diferentes modalidades e procedimentos, o que gera questionamentos e a necessidade de pesquisa e comparação, na busca do entendimento dos modelos que produzam os melhores resultados.

Cabe destacar que no parágrafo 1º do artigo citado, o Estágio Supervisionado poderá ser realizado na própria instituição de ensino, desde que fomentados os ambientes para o adequado emprego e simulação das atividades empresariais da qual os futuros contadores encontrarão no mercado real. Já no parágrafo 2º, o texto admite a possibilidade de adaptabilidade do conteúdo programado, através de reorientação de acordo com os resultados que serão revelados no transcorrer das atividades desenvolvidas, sempre direcionadas para o resguardo das habilidades necessárias ao exercício da profissão.

Diante do delineamento legal ao qual o Estágio Supervisionado do curso de Ciências Contábeis está regulamentado, percebe-se claramente que a legislação não contempla uma estrutura padronizada, o que pode ser visto como positivo, pois, as IES podem desenvolver programas com a flexibilidade que os desafios sociais locais requerem. Por outro lado, atenta-se para a possibilidade de existir modelos de aplicação diversos que se não comparados e analisados, podem ter sua eficácia questionada. Essas discussões e diferenças não inviabilizam a possibilidade de contribuição na formação contábil por parte do Estágio Supervisionado. O que se deve manter em debate é a capacidade dos modelos atuais em congregar a formação teórico-prática, de modo a contribuir com a formação de um profissional tecnicamente habilitado, mas também, capaz de se relacionar criticamente o universo profissional que lhe espera.

5 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem descritiva em relação aos objetivos estabelecidos, sendo que para atender ao objetivo principal do estudo que é identificar as diferentes formas de realização do Estágio Supervisionado nos cursos de Ciências Contábeis das instituições de ensino superior filiadas ao sistema ACADE – SC foi realizada uma investigação documental, através dos regulamentos dos estágios e matrizes curriculares de cada instituição. Também foram utilizadas informações disponíveis nos *websites* de cada universidade.

A abordagem do problema é qualitativa, pois procura entender por meio da amostra princípios, concepções e práticas do Estágio Supervisionado no curso de Ciências Contábeis.

A população é composta pelas Instituições de Ensino Superior filiadas ao sistema ACADE-SC que oferecem o curso de Ciências Contábeis conforme quadro a seguir:

Quadro 01: Instituições de Ensino Filiadas à ACADE

Instituições de Ensino Superior – ACADE-SC

Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC

Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí - UNIDAVI
Universidade do Vale do Rio do Peixe – UNIARP
Universidade Regional de Blumenau – FURB
Universidade do Contestado – UNC
Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE
Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE
Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC
Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC
Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECO
Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI
Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro Universitário Católica de Santa Catarina – CATÓLICA DE SANTA CATARINA
Centro Universitário Barriga Verde- UNIBAVE
Centro Universitário Municipal de São José – USJ

Fonte: ACAFE (2012)

Destas 16 universidades, 11 disponibilizaram os dados para a pesquisa, totalizando 68,75% do total.

A Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) foi constituída em 1974 pelas fundações criadas por leis municipais e pela fundação estabelecida por lei estadual. É uma entidade sem fins lucrativos e foi idealizada com o objetivo de promover a integração dos esforços de consolidação das instituições de ensino superior por elas mantidas, e executar atividades de suporte técnico-operacional e de representá-las junto aos órgãos dos Governos Estadual e Federal (ACAFE, 2012).

De acordo com a última atualização (2010) das estatísticas disponibilizadas no sítio da instituição, o sistema ACAFE possui 131.205 alunos matriculados e 9.075 professores, sendo 505 graduados, 3.024 especialistas, 4.033 mestres e 1.513 doutores. O quadro de técnicos administrativos somam 4.677 colaboradores, divididos em 3.827 efetivos e 850 terceirizados (ACAFE, 2012).

6 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Inicialmente, apresentam-se os dados relativos ao período em que o estágio é contemplado na matriz curricular e a carga horária total disponibilizada de acordo com os dados apresentados nos regulamentos objetos de estudo.

Quadro 02: Período e Carga Horária Total de Realização do Estágio

Instituição	Fase	Carga Horária
UNIDAVI	8 ^a	396 horas.
UDESC	a partir 5 ^a fase	360 horas.
USJ	6 ^a , 7 ^a e 8 ^a	348 horas.
CATÓLICA DE SC	8 ^a	345 horas.
UNIVALI	7 ^a e 8 ^a	300 horas.
UNIBAVE	6 ^a , 7 ^a e 8 ^a	300 horas.
UNIFEBE	7 ^o e 8 ^o	240 horas.
UNOESC	6 ^a e 7 ^a	240 horas.
UNC	7 ^a	180 horas.
UNOCHAPECÓ	4 ^a , 5 ^a e 6 ^a	180 horas.
FURB	3 ^a , 4 ^a , 5 ^a e 6 ^a .	144 horas.

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao período em que o estágio é contemplado na matriz curricular, foi possível verificar uma grande diversidade de resultados. Constatou-se que apenas uma instituição dedica quatro fases para a operacionalização do estágio, o que representa 9,10% da amostra, 27,30% estabelecem três semestres para a realização dos trabalhos, 27,30% utilizam duas fases e outros 36,30% desenvolvem todo o estágio em um único semestre.

No tocante à carga horária, a instituição que dedica menor tempo soma 144 horas aula para o estágio, enquanto, 396 horas aula é o maior tempo disponibilizado dentre as matrizes curriculares das instituições estudadas. Algo que merece destaque nesta situação é o fato de que a universidade que dedica o menor tempo divide o estágio em quatro períodos, e a instituição com maior carga horária concentra suas atividades no último semestre do curso. Essa concentração pode comprometer a reflexão do aluno, especialmente quando se fala em estabelecer um paralelo entre os conteúdos praticados durante o curso e o estágio desenvolvido, ou seja, conduzir os aspectos teóricos juntamente com a questão prática, pode possibilitar maior efetividade no aprendizado.

Quadro – 03: Local de Realização do Estágio Supervisionado

Instituição	Local de Realização
UNIFEBE	Laboratório da própria instituição.
UNOESC	Laboratório da própria instituição.
UNOCHAPECÓ	Laboratório da própria instituição.
UNIVALI	Laboratório da própria instituição.

CATÓLICA DE SC	Laboratório da própria instituição.
UNIBAVE	Laboratório da própria instituição.
USJ	Laboratório da própria instituição.
UNIDAVI	Empresas ou instituições aprovadas pela coordenação do Estágio.
FURB	Empresas ou instituições aprovadas pela coordenação do Estágio.
UNC	Empresas ou instituições aprovadas pela coordenação do Estágio.
UDESC	Empresas ou instituições aprovadas pela coordenação do Estágio.

Fonte: Dados da pesquisa

O parágrafo primeiro do artigo 7º da resolução CNE/CSE nº 10, admite que o estágio seja realizado em laboratório da própria instituição, [...] desde que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências Contábeis e desde que sejam estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho superior acadêmico competente, na instituição.

No que diz respeito ao local de realização do estágio, 63,60% das universidades destacam em seus regulamentos que operacionalizam as tarefas em laboratórios da própria instituição, e 36,40% firmam convênios com empresas e instituições aprovadas pelo colegiado do curso e que possam oferecer condições para que a atividade atenda aos objetivos de formação da universidade. Neste aspecto, percebe-se a predominância da realização do estágio em ambiente de laboratório da própria universidade, onde se busca simular as atividades empresariais. No que concerne ao local da realização, vale ressaltar a opinião de Pimenta e Gonçalves (1990 apud PIMENTA e LIMA, 2011, p. 45) que destacam que a finalidade do estágio é propiciar ao aluno uma *aproximação à realidade* na qual atuará. Neste sentido, pode-se supor que a simulação realizada em ambiente de laboratório não conseguirá substituir plenamente a experiência presencial em organizações reais, como a vivência de problemas, conflitos e soluções ocorridas no ambiente empresarial.

Quadro – 04: Ementas da Disciplina de Estágio Supervisionado

Instituição	Descrição da Ementa
UNIFEBE	Não disponibilizado.
UNOESC	Planejamento e constituição de empresa. Enquadramento fiscal, tributário, previdenciário e trabalhista. Organização da estrutura empresarial. Métodos de custeio. Controle de estoques. Inventário geral. Demonstrações contábeis. Ciclo operacional; Escrituração fiscal e contábil; Encerramento do exercício, Demonstrações contábeis obrigatórias. Declarações de informações fiscais. Análise gerencial dos resultados. Relatório final do estágio.
UNOCHAPECÓ	Pronunciamento conceitual básico da contabilidade. Questões legais da constituição e registro de empresas. Estruturação do Plano de Contas. Principais rotinas relacionadas ao setor de pessoal e os aspectos dos registros contábeis. Principais tributos federais: IPI, PIS, COFINS, IRPJ,

	CSLL, Simples Nacional. Legislação ICMS, Substituição tributária. Legislação ISSQN. Sped Fiscal. Escrituração fiscal. Tributos sobre o Lucro. Contabilização sobre o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro; Outras legislações e formas de contabilização importantes dos sistemas tributário federal, estadual e municipal. Preparação da documentação contábil; Cadastro da Empresa no Sistema de Contabilidade. Escrituração Fiscal das Notas Fiscais de Entradas e Saídas; Apuração do custo dos produtos e Contabilização de Operações das Empresas. Escrituração contábil. Estoques. Demonstrações contábeis obrigatórias. Declarações Econômico-Fiscais da pessoa jurídica. LALUR, Declarações de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e outras informações do gênero.
UNIVALI	Setor Privado: Plano de negócios. Constituição e alteração de empresas. Obrigações trabalhistas e previdenciárias. Departamento fiscal. Operações típicas de empresas industriais, comerciais e de prestação de serviços. Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas. Imposto sobre a renda de pessoas físicas. Análise e interpretação de demonstrações contábeis. Setor Público: Plano plurianual. Diretrizes orçamentárias. Proposta orçamentária. Execução financeira, orçamentária e patrimonial. Procedimentos de encerramento de exercício. Relatório circunstanciado de gestão e análise de demonstrações contábeis. Relatórios de execução orçamentária e de gestão fiscal.
CATÓLICA DE SC	Atos constitutivos de empresas, plano de contas, escrituração, métodos de custeio, rotinas trabalhistas, auditoria, impostos, demonstrações contábeis, formação do preço de venda e margem de contribuição, orçamento econômico-financeiro e análise gerencial. Relatório final do estágio curricular supervisionado.
UNIBAVE	Não disponibilizado.
USJ	Não disponibilizado.
UNIDAVI	A Organização: Visão sistêmica, missão, subsistemas empresariais modelo de gestão. Controladoria, origem, definição, missão, funções e objetivos. Controladoria e o seu papel na gestão das empresas; geração de informações para o processo decisório de curtos e longos prazos; planejamento e gestão de sistemas de controle; avaliação de desempenho; governança corporativa; avaliação de ativos intangíveis; contabilidade internacional. As Funções do <i>Controller</i> e sua posição na estrutura organizacional. Autoridade e responsabilidade da Controladoria como um órgão. Controle: conceitos e instrumentos de controle gerencial
FURB	Constituição e alterações contratuais de empresas Ltda de acordo com as normas estabelecidas pela junta comercial do estado de Santa Catarina, bem como cadastros e alterações cadastrais na receita federal do Brasil, secretaria de estado da fazenda de Santa Catarina e município de Blumenau. Prática fiscal e tributária das empresas. Prática trabalhista das empresas. Prática Contábil das empresas.
UNC	Não disponibilizado.
UDESC	Não disponibilizado.

Fonte: Dados da pesquisa

A apresentação do ementário oportuniza a investigação de como o estágio é abordado quanto aos conteúdos exigidos. Permite ao leitor conhecer e projetar a maneira como o estágio é concretizado. Das 11 instituições que compõem a amostra, foi possível ter acesso às ementas de 54,54% das instituições.

Percebe-se que as ementas da UNOESC, UNOCHAPECÓ, CATÓLICA SC E FURB, abordam questões técnicas, e procuram apresentar aos acadêmicos funções similares às desempenhadas em escritórios prestadores de serviços contábeis. Atividades como cálculo de tributos, constituições de empresas nos órgãos competentes e rotinas trabalhistas apontam para atividades predominantemente práticas, em desacordo com o pensamento de (PIMENTA e LIMA, 2011) que compreendem o estágio como campo de conhecimento, e como tal, não deve ser minimizado à condição de atividade prática. A ausência de atividades que contribuam no aprimoramento de análises gerenciais e a participação da contabilidade como instrumento partícipe do processo de gestão também podem ser destacadas.

Aponta-se a subdivisão da abordagem do estágio em setor público e privado na ementa da UNIVALI. Esse cenário permite ao estudante testar conhecimentos teóricos no primeiro e segundo setor, de modo a ampliar as oportunidades de atuações no mercado depois de formados.

A UNIDAVI possui uma ementa que merece análise destacada, pois, apresenta conteúdos previstos para uma programação de atividades eminentemente voltadas para a Contabilidade Gerencial, no entanto, com aparente abordagem predominantemente teórica.

Quadro 05: Instrumento de Avaliação do Estágio Supervisionado

Instituição	Instrumento de Avaliação
UNIFEBE	Relatório final e apresentação em banca examinadora.
UNOESC	Relatório final e apresentação seminário em sala de aula.
UNOCHAPECÓ	Relatório final.
UNIVALI	Relatório final e apresentação em banca examinadora.
CATÓLICA DE SC	Definidas pelo professor da disciplina.
UNIBAVE	Relatório final.
USJ	Relatório final e apresentação em banca examinadora.
UNIDAVI	Relatório final e apresentação em banca examinadora.
FURB	Relatório final e avaliação da empresa onde foi operacionalizado o estágio.
UNC	Relatórios parciais e relatório final.
UDESC	Relatórios parciais e relatório final.

Fonte: Dados da pesquisa

Todas as instituições analisadas preveem a necessidade de entrega de relatório final destacando as atividades desenvolvidas no estágio. Ressalta-se que as estruturas de

apresentação das informações que devem constar nestes documentos diferem de acordo com as exigências de cada colegiado de curso.

A apresentação dos relatórios a bancas examinadoras é prevista em, 36,36% das instituições analisadas. A UNOESC, além do relatório final, estabelece a necessidade de realização de um seminário de socialização dos trabalhos realizados, promovidos pelo professor coordenador das atividades de estágio.

A exigência de relatórios parciais, ou seja, documentos que descrevem o andamento das atividades são utilizados como instrumentos de avaliação em 18,18% das universidades. Destaca-se que outra instituição estabelece no entre seus critérios de avaliação, a necessidade de acompanhamento das atividades dos acadêmicos, no entanto, o instrumento de avaliação é definido pelo professor responsável pela disciplina.

Em outra instituição, diferentemente das demais que operacionalizam o estágio supervisionado no ambiente empresarial, a organização que promove o estágio também atribui conceito ao estagiário, feita pelo supervisor do estágio na empresa, e este posicionamento é considerado pelo coordenador acadêmico no momento de atribuir a nota final ao aluno.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou identificar como as Instituições de Ensino Superior que oferecem o curso de graduação em Ciências Contábeis filiadas ao sistema ACADE-SC, operacionalizam o Estágio Supervisionado, exigido como componente curricular obrigatório pela Resolução CNE/CSE nº 10 de 16 de dezembro de 2004.

Para isso, inicialmente realizou-se uma revisão bibliográfica abordando o Ensino de Contabilidade no Brasil, e a relevância da função do Estágio Supervisionado na formação do profissional contábil. Posteriormente, foram analisados 11 regulamentos de Estágio com o objetivo de conhecer como as atividades são operacionalizadas nas diversas instituições estudadas.

Foi levantando o período em que o estágio é contemplado na matriz curricular, onde foi possível verificar uma grande diversidade de resultados. Constatou-se que apenas uma instituição dedica quatro fases para a operacionalização do estágio, o que representa 9,10% da amostra, 27,30% estabelecem três semestres para a realização dos trabalhos, 27,30% utilizam duas fases e outros 36,30% desenvolvem todo o estágio em um único semestre.

No tocante a carga horária, observou-se uma variação de 144 horas aula para a menor carga, e 396 horas aula para a instituição que dedica maior tempo, sendo que a primeira estabelece quatro fases e a última apenas um período, o que demonstra diferenças significativas nas condições de operacionalização das atividades.

No que diz respeito ao local de realização do estágio, a maioria das instituições, 63,60%, operacionalizam as tarefas em laboratórios da própria instituição, enquanto as demais estabelecem convênios para a realização das atividades em instituições públicas e privadas. Sugere-se que o ambiente de laboratório não possui a capacidade de

substituir a vivência empresarial, e tão pouco a capacidade de desenvolver aspectos práticos com o mesmo sucesso dos experimentados nas organizações empresariais.

A pesquisa mostrou ainda a predominância da simulação de um ambiente de escritório prestador de serviços contábeis, simulando a constituição, operacionalização e encerramento das atividades, o que provocaria, de acordo com os objetivos expostos, a oportunidade de o estágio vivenciar as rotinas gerais de um profissional contábil.

A avaliação do desempenho acadêmico frente ao desenvolvimento do estágio, esta baseada através na construção de um relatório final, e em um caso da realização em empresas, o representante da organização possui participação ativa no conceito final das atividades, o que pode ser visto como positivo, pelo acompanhamento que este exerce junto ao estudante. Verificou-se também, situações de apresentação do relatório em banca examinadora e um caso isolado de seminário promovido pelo professor coordenador.

É inegável a relevância das atividades de estágio, porém, os resultados expostos permitem observar significativas diferenças entre os modelos de operacionalização e concepção dos Estágios Supervisionados. Isso pode ser explicado pelo fato do dispositivo legal permitir a construção do modelo pelo colegiado do curso de cada instituição. Apesar da alegação de independência e adaptabilidade da proposta, a autonomia advinda dessa premissa cria uma situação em que se desenvolvem atividades baseados em um escopo restrito de pesquisa, ou seja, a própria instituição. Entende-se que a legislação deva detalhar e estabelecer linhas gerais de operacionalização que não permitam a criação de modelos sem a comprovada eficácia na formação dos acadêmicos.

Espera-se que este estudo, fomenta a continuidade da realização de pesquisas na área dos Estágios Supervisionados, especialmente através de trabalhos que procurem aprofundar o estudo por meio de outras metodologias de pesquisa, analisando in loco a operacionalização das atividades de estágio.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS. **Dados Estatísticos 2010**. Acesso em 07/07/2012. www.acefe.org.br.

ALVARENGA, M.; BIANCHI, A. C. M.; BIANCHI, R. **Manual de Orientação: Estágio Supervisionado**. São Paulo: Pioneira, 1998.

BRASIL. Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em: 23 Marc. 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Resolução CNE/CES 10 de 16 de Dezembro de 2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado. Disponível em: www.mec.gov.br – acesso em 10 Marc. 2012.

FREY, M.R.; FREY, I.A. A contribuição do estágio supervisionado na formação do bacharel em Ciências Contábeis. **Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte, v. 13 n. 1, pg. 93-104, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

KRAEMER, M. E. P. **O Grande Desafio–Ensino de Contabilidade**. Disponível em: www.monografias.com. Acesso em: 22 fev. 2012.

LAFFIN, M. **De Contador a Professor: A trajetória da docência no ensino superior de contabilidade**. Florianópolis: UFSC. 2005.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos**. 8. ed., São Paulo: Educar, 1989.

MARION, J. C.; GARCIA, E.; CORDEIRO, M. **A Discussão sobre a Metodologia de Ensino Aplicável à Contabilidade**. Disponível em: www.monografias.com. Acesso em: 22 fev. 2012.

MARION, J. C. **O ensino da contabilidade: professor do ensino superior da contabilidade, vantagens e desvantagens, linhas metodológicas, ensino da contabilidade Brasil x EUA**. São Paulo: Atlas, 1996. 124 p, il.

MARION, J.C. **O ensino da Contabilidade**. 2 ed., São Paulo: Atlas, 2001.

PASSOS, I. C. **A interdisciplinaridade no ensino e na pesquisa contábil: um estudo no município de São Paulo**. 2004. 164f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) FEA/USP. São Paulo.

RIBEIRO FILHO, J. F; LOPES, J; PEDERNEIRAS, M. **Estudando Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no Ensino Superior**. v.1 São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. 6 ed., São Paulo: Cortez, 2011.